

LUIZ CARLOS FORGHIERI GUIMARÃES

Doutorando em Ciências Jurídicas pela UNLP; Mestre em Direito Constitucional pela UNIBAN/SP; Autor de várias obras e artigos jurídicos. Suas obras já foram citadas como fonte para 350 acórdãos dos Tribunais Ordinários da Federação, inclusive, em alguns, no corpo do acórdão foram mencionadas por quatro vezes; Professor Universitário; Professor de vários cursos da ESA/SP; Conferencista com 200 palestras ministradas; Membro Consultor da Comissão de Direito Constitucional da OAB/SP; Homenageado pela OAB/SP por três vezes, duas com a “Láurea de Reconhecimento”, 2006 e 2009, “pelas palestras ministradas” e outra com a “Láurea de Mérito Científico” em 14/10/2011. “Bacharelamento



CONTROLE DIFUSO-INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE

(capitalização nos contratos bancários)

1ª edição – 2012 – São Paulo – SP



© Luiz Carlos Forghieri Guimarães
© Letras Jurídicas Editora Ltda. - EPP

Capa

Cícero J. Silva
Claudio P. Freire

Diagramação

Dálet - Diagramações e Edições Ltda-Me

Revisão

Miriam Rachel A. R. Terayama

Editor

Cláudio P. Freire

979300

1ª EDIÇÃO - 2012 - São Paulo - SP

Reservados a propriedade literária desta publicação e todos os direitos para Língua Portuguesa pela
LETRAS JURÍDICAS Editora Ltda. - EPP

Tradução e reprodução proibidas, total ou parcialmente,
conforme a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998.

LETRAS JURÍDICAS

Rua Senador Feijó 72 - 3º Andar - Sala 32 - Centro
CEP 01006-000 - São Paulo - SP
Telefone/Fax (11) 3107-6501 - Celular (11) 9352-5354
Home page: www.letrasjuridicas.com.br
e-mail: vendas@letrasjuridicas.com.br

Impressão no Brasil

SUMÁRIO

Capítulo 1 – ASPECTOS GERAIS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	13
1 – Conceito	13
2 – Pressupostos	16
2.1 – A Rigidez Constitucional	17
2.2 – Princípio da Supremacia Constitucional	19
2.3 – Órgãos para Fiscalizar a Validade das Leis	22
3 – Presunção de Constitucionalidade das Leis	23
4 – Conceitos de Leis, Atos Normativos Primários, Secundários e Alteração da Jurisprudência do STF Contra Atos Legislativos de Efeitos Concretos	24
4.1 – Atos Normativos Primários, Art. 59, CF	25
4.2 – Atos Normativos Secundários, ou, ainda, Administrativos	27
4.3 – Alteração de Jurisprudência do STF contra Atos Legislativos de Efeitos Concretos	30
5 – Efeito Vinculante	41
6 – Efeitos da Decisão	42
7 – Conceito de Retroatividade	42
8 – Mutação Constitucional	43
9 – Bloco de Constitucionalidade	43
Capítulo II – OS DIFERENTES TIPOS DE INCONSTITUCIONALIDADE	45
1 – Conceito	45
2 – Inconstitucionalidade Material	45

3 – Inconstitucionalidade Formal (orgânica)	47
3.1 – Objetiva ou Procedimental	47
3.2 – Subjetiva ou Orgânica.....	48
4 – Inconstitucionalidade Total	50
5 – Inconstitucionalidade Parcial	50
5.1 – Nulidade parcial.....	50
5.2 – Nulidade total	51
6 – Inconstitucionalidade Originária.....	51
7 – Inconstitucionalidade Superveniente	51
8 – Inconstitucionalidade por Ação	52
9 – Inconstitucionalidade por Omissão.....	54
9.1 – A omissão é total.....	55
9.2 – A omissão é parcial	56
10 – Inconstitucionalidade Direta	59
11 – Inconstitucionalidade Reflexa/Indireta	59
12 – Inconstitucionalidade Consequencial ou por Arrastamento.....	62
 Capítulo III – OS ÓRGÃOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	
1 – O Controle Político e o Controle Jurisdicional.....	65
1.1 – O controle político	65
1.2 – O controle jurisdicional	65
2 – Momento do Controle: Preventivo e Repressivo.....	66
2.1 – Controle preventivo	66
2.2 – Controle repressivo.....	68
 Capítulo IV – ÓRGÃO JUDICIAL QUE EXERCE O CONTROLE DIFUSO E CONCENTRADO	
1 – Difuso.....	71
2 – Concentrado	71
 Capítulo V – CONTROLE DIFUSO, INCIDENTAL OU CONCRETO	
1 – Origem	75
2 – Quando Surgiu no Brasil?.....	76

3. Conceito	76
4 – Fundamento do Controle Difuso.....	77
5 – Declaração de Inconstitucionalidade será de Forma Incidental.....	77
6 – Parâmetro	81
7 – Objeto.....	83
8 – Legitimidade Ativa	85
9 – Requisitos.....	89
10 – Objetivo	89
11 – Competência	89
12 – Cláusula de Reserva de Plenário, Art. 97 da CF	90
13 – Dispensa de Reserva de Plenário	95
14 – O que significa na prática a Expressão por Maioria Absoluta do Órgão Especial?	97
15 – Súmula Vinculante nº 10 do STF	98
16 – Juizado Especial – Cláusula de Reserva de Plenário ...	100
17 – Efeitos da Declaração de Inconstitucionalidade no Controle Difuso	100
18 – Modulação Temporal da Declaração de Inconstitucionalidade no Controle Difuso pelo STF ..	101
19 – Suspensão da Execução da Lei Inconstitucional pelo Senado, Art. 52, X, da CF/88, no Controle Difuso Incidental	106
20 – Posição da Doutrina sobre os Efeitos da Resolução do Senado Federal, Art. 52, X, da CF/88	108
21 – Possibilidade de se Conceder Efeitos <i>Erga Omnes</i> e Vinculante às Decisões do Pleno do STF em Controle Difuso sem Necessidade de Remessa ao Senado Federal....	110

Capítulo VI – AÇÃO ORDINÁRIA REVISIONAL DE CONTRATO BANCÁRIO COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DIFUSO-INCIDENTAL DE CONSTITUCIONALIDADE	115
1 – A Capitalização Mensal de Juros	116
2 – Dispositivos Constitucionais que são violados pelo Art. 5º da atual MP 2.170-36, de 23/08/2001.....	118

3 – A Inconstitucionalidade Formal do Art. 5º da MP 2.170 em Relação à Lei Complementar 95, de 26/02/1998....	121
4 – Como arguir a Inconstitucionalidade da MP 1.963, atual Art. 5º da Medida Provisória 2.170?	125
5 – Órgãos Especiais dos Tribunais Ordinários da Federação que já Declararam a Inconstitucionalidade do Art. 5º da atual MP nº 2.170-36/2001	126
6 – A Capitalização da Cédula de Crédito Bancário, Lei 10.931/2004.....	132
7 – A Capitalização do Art. 75 da Lei nº 11.977, de 7 de Julho de 2009	136
8 – Resumo	138

ANEXOS

Lei nº 9.868, de 10 de Novembro de 1999.....	145
Lei nº 9.882, de 3 de Dezembro de 1999	157

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	161
---------------------------------	-----

Sobre o Autor	163
---------------------	-----

Quem Somos Letras Jurídicas.....	167
----------------------------------	-----